



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2021

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Brasília em 27 de abril de 2017.

Autora: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Relator: DEPUTADO CHICO ALENCAR

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em apreço visa aprovar o texto do Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana, assinado em Brasília, em 27 de abril de 2017.

O referido acordo foi enviado ao Congresso por meio da Mensagem Nº 469 de 2019, acompanhada da Exposição de Motivos Interministerial da lavra dos Exmos. Srs. Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em síntese, o Acordo prevê o compartilhamento e a cooperação nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (“C,T&I”), visando incentivar o intercâmbio de cientistas, pesquisadores e bolsistas, bem como a troca de informações e documentos, a realização de eventos e a criação de programas de trabalho.

Em 04 de agosto de 2021, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, opinou pela aprovação da Mensagem nº 469/19, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo aqui apreciado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposição foi, então, distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, onde recebeu parecer pela aprovação, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após a apreciação da matéria por parte das referidas Comissões, está prevista a apreciação do Plenário desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, IV, a, combinado com o art. 139, II, c, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2021.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando o referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, também da Carta da República, atribui competência exclusiva ao Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Em outras palavras, é da competência do Poder Executivo assinar o presente Acordo, competindo ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o Projeto de Decreto Legislativo a proposição adequada.

Nenhum óbice à aprovação foi encontrado na proposição legislativa e no texto do Acordo em análise. Ambos se encontram em consonância com as disposições constitucionais vigentes.

Quanto ao conteúdo, verifica-se que o Acordo busca a promoção da cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação através das seguintes ferramentas: 1) promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre as partes por meio do intercâmbio de cientistas, pesquisadores, especialistas, bolsistas e participantes de cursos; 2) intercâmbio de informação e documentos sobre C,T&I; 3) organização de seminários e cursos bilaterais em C,T&I em áreas de interesse comum; 4) identificação de problemas comuns na área de C,T&I; 5) criação de programas de trabalho bilaterais conjuntos em C,T&I e intercâmbio de experiências e conhecimentos adquiridos por meio de trabalho conjunto em C,T&I.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Uma vez aprovado, o acordo se somará a outras avenças firmadas entre Brasil e Tunísia nos últimos anos como o Acordo de Cooperação Cultural, de 2006; o Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia, também de 2006 e o Acordo de Cooperação Técnica, de 2002.

Em atenção à nova Sociedade da Informação, vale destacar que a Tunísia desempenha papel importante na construção de um modelo de governança da Internet, tendo sido o berço do IGF¹, o fórum anual internacional convocado pelo secretário-geral da ONU, que reúne representantes de governos, da sociedade civil e do setor privado para debater questões de desenvolvimento da internet.

Entre os possíveis benefícios decorrentes do Acordo, vislumbra-se aspectos relacionados ao desenvolvimento da internet, que hoje permeia todos os campos da sociedade, da economia à educação e, sobretudo, incentivo à inovação, além da aproximação entre as comunidades científicas dos dois países, dinamizando e aprofundando assim o intercâmbio Brasil – Tunísia.

A proposição é jurídica, pois está em harmonia com os princípios gerais de nosso Direito.

No tocante à técnica legislativa, temos o projeto por bem escrito e em consonância com as normas de elaboração legislativa.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2021.

¹ [Internet Governance Forum | Internet Governance Forum \(intgovforum.org\)](https://intgovforum.org)

